

ESPAÇO ABERTO

DIREITOS SOCIAIS, PROTAGONISMO E EXERCÍCIO DA CIDADANIA NA TERCEIRA IDADE

Juliana Aguiar Santana¹
Carlos Eugênio Soares de Lemos²
Cecília Souza Oliveira³
Sylvio Rogério Ribeiro da Costa⁴

resumo

O projeto de extensão “Direitos Sociais Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade” é desenvolvido no âmbito do Programa Universidade Para a Terceira Idade (UNITI), na Universidade Federal

1 Bacharel em Serviço Social pela UFF. Especialista em Gestão em Saúde Pública pela UFF. Membro do Programa de Extensão Universidade para Terceira Idade (UNITI-PUCG-UFF). Email: julianaaguiar.santana@gmail.com.

2 Graduado em História pelo Centro Universitário Fluminense (UNIFLU), Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pelo IFCS-UFRJ. Professor adjunto do curso de Ciências Sociais do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG), da Universidade Federal Fluminense. E-mail: eugeniodelimos@hotmail.com.

3 Graduada em Psicologia pela USP – Ribeirão Preto. Doutora em Ciências Médicas pela USP – Ribeirão Preto. Professora do curso de Psicologia do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes (PUCG), da Universidade Federal Fluminense. E-mail: cecili_souzaoliveira@yahoo.com.br.

4 Bacharel em Comunicação Social pela UGF. Mestre em Gerontologia pela PUC/SP. Vice-coordenador do Programa de Extensão Universidade para Terceira Idade (UNITI-PUCG-UFF). E-mail: sylrocosta@bol.com.br.

Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes (UFF/PUCG). Objetivos: Realizar uma análise crítica dos resultados apresentados no projeto “Direitos sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania”, destacando suas limitações bem como suas potencialidades enquanto espaço de discussão e de busca da autonomia das pessoas da terceira idade. Método: Para a realização deste projeto foram realizados encontros semanais com os idosos nos quais foram proferidas palestras e dinâmicas relativas à temática de direitos sociais dos idosos. Foram realizados questionários com os idosos participantes e com os jovens voluntários do projeto. Resultados e Discussão: Identificamos que, se em um momento inicial havia muito desconhecimento dos idosos em relação aos seus direitos, após o curso eles não só aprenderam a aplicar os ensinamentos no seu dia a dia como servirem de agentes multiplicadores do que aprenderam, transformando também a realidade de pessoas da terceira idade em sua volta. Além disso, os jovens alunos relatam ter repensado seus conceitos e ações em relação aos idosos. O contato intergeracional constituiu-se uma via de mão dupla, na qual idosos e jovens ensinaram e aprenderam mutuamente.

palavras-chave

Idoso. Direitos sociais. Protagonismo. Cidadania.

1 Introdução

1.1 Envelhecimento populacional e direitos dos idosos no Brasil

Atualmente o mundo vem passando por um rápido processo de transição demográfica, que se caracteriza por uma mudança na estrutura etária da população com a diminuição da proporção de jovens e o aumento na proporção de idosos (BRITO, 2008). Este fenômeno, conhecido como envelhecimento populacional, teve início nos países desenvolvidos em decorrência de inúmeros fatores, tais como: queda de mortalidade, grandes conquistas do conhecimento médico, urbanização adequada das cidades, melhoria nutricional, elevação dos níveis de higiene pessoal e ambiental tanto em residências como no trabalho, assim como em decorrência dos avanços tecnológicos (VERAS, 1994).

O avanço desse processo de envelhecimento populacional do Brasil também é decorrente do fato da disseminação de doenças infecciosas e parasitárias (terem sido rapidamente substituídas por condições de vida mais salubres) e tecnologia médica mais especializada (VERAS, 1994). Assim, entre 1980 e 2000 a população, com 60 anos ou mais, cresceu 7,3 milhões, totalizando mais de 14,5 milhões em 2000 (Organização das Nações Unidas, 2005).

Ainda vale destacar que, de acordo com a Organização das Nações Unidas (2005), a distribuição etária da população, ao longo de um período de 100 anos (1950 a 2050), mudará fortemente, o que se observa, mais nitidamente, na participação dos grupos etários extremos no total da população (CARVALHO; WONG, 2008).

Considerando esse processo de envelhecimento populacional, o Brasil tem avançado em termos de elaboração de legislações voltadas às necessidades da população idosa. Dessa forma, a partir da década de 1990, a legislação a respeito do cidadão idoso avançou significativamente. Um dos marcos institucionais ocorre em 1993, a fim de regular os direitos das pessoas da terceira idade. Em 1994 surge a política nacional do idoso com o intuito de assegurar os direitos sociais da terceira idade através da promoção da sua autonomia com participação ativa na sociedade que está inserido. A política nacional de saúde da pessoa idosa, implementada em 2007, é elaborada com o intuito de atualizar a política de saúde das pessoas idosas direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Mas, apesar desse processo de ampliação da legislação no que tange à questões desse público específico, a prática ainda é insatisfatória (BRASIL, 1988). Grande parte dos idosos ainda continua sofrendo um processo de isolamento social e desrespeito à sua condição de cidadão por não ter a oportunidade de conhecer seus direitos e as formas de acessá-los.

Dentro deste contexto de necessidade de maior atenção à população, a partir de uma perspectiva ampla, ou seja, considerando os seus aspectos biopsicossociais surge a Universidade para Terceira idade. Esta constitui-se como uma modalidade de projeto e/ou programa que tem alcançado com sucesso o objetivo de contribuir para um novo olhar da sociedade sobre o idoso e dele mesmo em relação ao seu processo de envelhecimento. Diversos estudos têm constatado que essas universidades, surgidas na França em 1973 e no Brasil no ano de 1977, vêm se apresentado como um espaço de desenvolvimento de sociabilidades, de novos conhecimentos e como fomentadoras de um novo olhar do idoso sobre si mesmo, suas possibilidades de participação,

e, portanto, de reconstrução da autoimagem de cidadão da terceira idade (NUNES; PEIXOTO, 1994). Além disso, tem contribuído também para a visibilidade da questão do envelhecimento e para a modificação da imagem do idoso na sociedade. Assim, as universidades da terceira idade apresentam novas possibilidades de vida social, atividades físicas, culturais e de ações de saúde preventiva.

1.2 As contribuições do serviço social para o protagonismo dos idosos

A expressão “A conspiração do silêncio” foi utilizada por Beauvoir (1970) para denunciar a indiferença das sociedades ocidentais para com os idosos. Esse silêncio ainda era muito presente nas últimas décadas do século XX e poderia ser explicado por vários fatores: a falta de laços e reciprocidade por parte das diferentes gerações (BOSI, 1994). O silêncio sobre os idosos começou a ser rompido nas décadas finais do século XX, quando a velhice foi transformada em questão política por força, pressão e insistência dos agentes sociais empenhados na busca de uma solução para os problemas relativos a essa etapa do curso de vida. O interesse pelo tema não nasceu simplesmente de uma resposta automática às mudanças nos padrões demográficos, e sim da velhice ter se constituído num problema resultante de um trabalho que envolve “reconhecimento, legitimação, pressão e expressão”. (SIMÕES, 1999; DEBERT, 1999; BOAS, 2005).

O que vai determinar os efeitos da ação educativa do assistente social será a sua vinculação aos projetos societários e profissionais, que são reflexos da luta de classes existente. Assim, o assistente social pode vincular-se a estratégias educativas subalternizantes ou a estratégias educativas emancipatórias. A mobilização e a organização são elementos constitutivos e condição indispensável na concretização das práticas educativas desenvolvidas pelo assistente social.

Sabe-se que, historicamente, as pessoas com menor nível de instrução e menor poder aquisitivo têm sido as que mais são destituídas do usufruto dos seus direitos assegurados em Lei. Em grande parte, isso se deve ao desconhecimento dos seus direitos e das formas de acessá-los. No que tange aos idosos, há um agravante: o período da velhice tem sido caracterizado como um momento de isolamento social e fragilização dos vínculos familiares, sociais e comunitários. Com isso, apesar de existirem leis que garantam determinados direitos, muitos idosos não os usufruem.

Foi nesse sentido que foi realizado o projeto “Direitos sociais, protagonismo e exercício da cidadania na terceira idade”, ao considerar esse processo acelerado de envelhecimento populacional e suas demandas para a sociedade, em especial para o município de Campos dos Goytacazes, justificando-se pela necessidade de informar aos idosos sobre as políticas sociais e o acesso aos direitos sociais, educá-los para o exercício da cidadania e motivá-los para a organização e luta por seus direitos sociais através da participação social. Ou seja, pretende-se possibilitar ao idoso o desenvolvimento de novos conhecimentos, da sociabilidade e do estímulo a participação política e social na sociedade com vistas à garantia e ampliação dos seus direitos sociais.

1.3 Objetivos

Neste sentido, os objetivos deste trabalho foram realizar uma análise crítica dos resultados obtidos no projeto “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania”, destacando suas limitações bem como suas potencialidades enquanto espaço de discussão e de busca da autonomia das pessoas da terceira idade. Além disso, discutir este projeto enquanto ambiente propício para promover a intergeração entre as pessoas da terceira idade e os universitários da Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes. Em adição, analisar qualitativamente as entrevistas realizadas com as idosas e com os alunos voluntários.

2 Metodologia

2.1 Participantes

Um dos grupos de participantes foi composto por 12 idosas, com idades a partir de 65 anos, todas residentes do município de Campos dos Goytacazes-RJ e matriculadas no projeto de extensão “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”. Todas as alunas da terceira idade frequentaram assiduamente as aulas do referido projeto e foram convidadas a responder um questionário após o seu término, sendo estabelecida a sua aceitação mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O outro grupo foi composto por seis estagiários e voluntários da graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF) – Polo Campos dos Goytacazes. Estes alunos são selecionados anualmente pela UFF

para participarem de projetos de extensão diversos e têm como atividades o planejamento dos cursos que serão dados, auxílio durante as aulas e passeios e participação dos grupos de discussão devidamente orientados pelo coordenador do projeto que estão participando.

2.2 Instrumentos utilizados

O curso do projeto de extensão “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade” teve duração de seis semanas nas quais em cada encontro era trabalhado uma temática diferente, sendo elas: autonomia, direitos sociais, deveres sociais, cidadania, órgãos à recorrer atendimento e a prática do exercício da cidadania. Cada aula do curso tinha duração aproximada de duas horas, dividida em três momentos. O primeiro deles consistia na exposição dos dados do tema da aula pelo coordenador do projeto. O segundo momento consistia na participação ativa do grupo por meio de debates do tema, na tentativa de articular o máximo possível a teoria com a vivência dos participantes. Por fim, o terceiro momento era constituído pela socialização, nos quais era oferecido um lanche e todos os integrantes podiam trocar informações, se conhecer melhor e ter um período de lazer. Além das aulas teóricas, foram feitos passeios com o grupo, buscando trabalhar a conquista da autonomia e o lazer da terceira idade.

No final do curso foi proposto às idosas que voluntariamente preenchessem um questionário contendo quatro perguntas: 1) Você já tinha ouvido falar do Estatuto do Idoso antes de iniciar o curso de “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”, 2) Você já conhecia os direitos dos idosos presentes no Estatuto do Idoso?, 3) Você já utilizou algum conhecimento adquirido durante a sua participação no curso no seu cotidiano?, 4) A participação no curso vem lhe proporcionando alguma mudança na maneira de reivindicar seus direitos de cidadão idoso?

Este questionário foi autoaplicado, considerando-se a escolaridade dos idosos, bem como a boa capacidade de compreensão dos mesmos. Quando apresentaram alguma dúvida com relação ao preenchimento, esta foi esclarecida pelos estagiários.

Após a aplicação dos questionários juntos aos idosos, neste mesmo dia, foi solicitado aos estagiários e aos voluntários que preenchessem um breve questionário contendo duas perguntas: 1) Que avaliação você faz a respeito da sua participação em um curso junto a um grupo de idosos?, 2) A participação no curso trouxe alguma mudança na sua forma de olhar o idoso?

2.3 Análise dos Dados

As entrevistas foram transcritas e submetidas a diversas leituras com o intuito de os pesquisadores se familiarizarem com o material a ser analisado. Os conteúdos dos relatos das idosas foram agrupados em duas categorias: 1) Atitudes dos idosos – referiu-se à mudança de comportamentos no dia a dia apresentadas pelas idosas em relação aos seus direitos e deveres após frequentarem o curso; 2) Benefícios do curso – referiu-se a ganhos mais gerais em relação ao curso como socialização, amizades, trocas de experiências e aprendizado teórico.

Nos relatos dos estagiários e das voluntárias, foi possível observar uma única categoria, sendo esta denominada de Aprendizado – relacionou-se com aprendizados de uma maneira geral, sejam teóricos, de interação com as idosas ou mesmo de atitudes práticas como os procedimentos necessários para a elaboração de um curso pertencente a um projeto de extensão.

3 Resultados e discussão

Todas as alunas idosas do projeto de extensão “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade” são integrantes da Universidade para a Terceira Idade (UNITI) da Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes. Esta foi criada em 1994, como Projeto de Extensão, sendo a primeira Universidade para a Terceira Idade na região Norte Fluminense. A implantação desse projeto ancorou-se em pressupostos que valorizavam a expansão do conhecimento, ao mesmo tempo em que punham em destaque a inter-relação e a participação dos indivíduos nas questões de interesse da sociedade, abrindo um espaço de reflexão sobre sua condição de cidadão que pode acompanhar e participar das transformações que se processam em sua realidade cotidiana.

A UNITI conta com inúmeros projetos de extensão, sendo um deles o que foi discutido neste artigo e denominado “Direitos Sociais Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”. Este projeto tem como objetivos: 1) a socialização de informações referentes aos direitos sociais dos idosos presentes na legislação social brasileira e 2) a capacitação e mobilização para a participação social deles nas instâncias coletivas de decisão política, em especial nos conselhos dos direitos dos idosos, e nos demais espaços de discussão política/social.

A análise dos resultados deste artigo surgiu após o preenchimento de um questionário que foi oferecido aos idosos no final do curso do projeto de extensão “Direitos Sociais Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”, que foi constituído por seis encontros, com aulas teóricas e práticas, sendo cada dia permeado com uma temática diversa, todos relacionados aos direitos, deveres e autonomia dos idosos.

Alguns resultados nos chamaram atenção, já na inscrição dos candidatos ao curso. Embora a temática do curso dado tivesse sido totalmente independente de preferências por algum gênero, verificou-se que todos os participantes do projeto de extensão eram do sexo feminino. Atualmente a UNITI da cidade de Campos dos Goytacazes conta com aproximadamente 400 idosos matriculados, sendo quase a sua totalidade composta por mulheres. De acordo com Debert (1999), essa predominância de mulheres nas universidades para a terceira idade pode estar relacionada a dois fatores: representação diferenciada que homens e mulheres têm da velhice e como percebem de forma também distinta as transformações resultantes do processo de envelhecimento. Desta forma, enquanto os homens preponderam os interesses por esportes e por política, as mulheres dão preferência às atividades culturais. Já Camarano (2002) atribui essa maior participação das mulheres em programas desse tipo à feminização da velhice, que está baseada principalmente nas maiores taxas de mortalidade da população masculina. Além disso, vários fatores podem ser apontados como fatores que permitem essa maior longevidade das mulheres em relação aos homens, tais como: exposição às causas de acidentes de trabalho, consumo de álcool e tabaco e atitude em relação à doença diferente das mulheres – que são mais atentas ao aparecimento de sintomas de saúde, o que as levam a utilizar constantemente os serviços médicos. No grupo da UNITI em questão, evidenciamos que grande parte dos homens que frequentam as aulas são impulsionados por suas esposas, que anteriormente já participavam das aulas. Isso demonstra que a participação do grupo masculino, quando estimulada, pode ser eficaz e levá-los a ampliar o leque de atividades diárias que realizam.

Uma das aulas do curso tratou especificamente do Estatuto do Idoso, iniciando com a exposição teórica das informações provindas deste material, com posterior discussão das integrantes do grupo. Com relação aos questionários aplicados com os idosos, na questão relativa ao conhecimento sobre o Estatuto do Idoso, nos surpreendeu o fato de que apesar da elevada escolaridade de grande parte das alunas idosas, 40% delas declararam nunca não ter ouvido falar dessa Lei. Este resultado é relevante por dois principais motivos: o primeiro deles é que uma grande parte dos alunos frequentadores do curso

sequer tinha conhecimento de que existe um Estatuto que rege os direitos e deveres relativos a essa etapa de suas vidas. O outro aspecto igualmente importante se refere à necessidade de implementação de cursos tal qual o que foi elaborado neste projeto. Salienta-se que, se os idosos referiram não saber da existência do Estatuto do Idoso, pressupõe-se que estes também desconheciam os seus direitos enquanto cidadãos nesta faixa etária e, por conseguinte, não buscavam meios para que seus direitos fossem efetivamente garantidos.

No entanto, apesar desse avanço na legislação, grande parte dos idosos não tem os seus direitos garantidos. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles, o desconhecimento que os próprios idosos têm dos seus direitos e a forma como as pessoas concebem o envelhecimento, pois embora este seja um processo natural, responsável por diversas transformações fisiológicas, psicológicas, cognitivas e sociais, habitualmente tem uma representação negativa. Por isso, há um grande contingente de idosos que sofre um processo de exclusão social (NUNES, 2000; VERAS, 1994). Esse processo contempla as dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais, psicológicas e, portanto, apresenta diversas características como: perda de poder aquisitivo, desrespeito aos direitos do cidadão idoso, isolamento social e desvalorização da memória e da lembrança (QUEIROZ, 1999).

Deste modo, acredita-se que o curso “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”, oferecido pela UNITI tenha sido um primeiro passo para que os idosos comecem a ter um contato, ainda que inicial, dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Este curso surgiu a partir da proposta da Lei 8.842/94, que prevê o investimento na criação de condições para promoção da autonomia, integração e participação efetiva do idoso na sociedade. Caracteriza-se por ser uma ação educacional de promoção dos direitos humanos e da saúde da pessoa idosa na região Norte Fluminense e tem como objetivo geral oportunizar a elaboração de novos planos de vida para a terceira idade pela (re)descoberta de interesses, habilidades e ideais, desencadeando transformações positivas na vida do idoso, numa perspectiva de valorização de sua cidadania e (re)inserção na diversidade social.

Ao serem questionados em relação ao conhecimento a respeito dos direitos assegurados no Estatuto, 30% afirmaram que não conheciam, 30% que já conheciam e 40% que conheciam apenas alguns desses direitos. Mais uma vez reforça-se o desconhecimento dos alunos idosos em relação ao Estatuto, principalmente se considerarmos, a partir de estudos anteriormente realizados na UNITI, a elevada escolaridade (média de 11 anos) dos seus frequentadores. Neste sentido, compreende-se que não necessariamente uma escolaridade mais alta está associada ao conhecimento em relação aos direitos assegurados no

Estatuto. Além disso, nos chama a atenção o fato de que os direitos da população, independente da faixa etária que se encontram, ainda são pouco divulgados e, deste modo, muito pouco debatidos. Esta situação faz com que a população se acue e se cale diante da busca daquilo que seria seus direitos. Neste sentido, evidencia-se que os direitos, mesmo que muito básicos da população idosa, são ainda menos anunciados, fazendo com que esta faixa etária viva, em alguns casos, em uma situação ainda mais marginalizada.

Para uma melhor interpretação daquilo que foi exposto pelas idosas após o preenchimento dos questionários, foram definidas duas categorias: 1) Atitudes dos idosos e 2) Benefícios do curso. Estas foram definidas a partir da elevada frequência desta temática levantada pelas idosas.

3.1 Atitudes dos idosos

Uma das preocupações dos organizadores do curso “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade” era que o conhecimento adquirido em sala de aula, através da aula teórica e das discussões ultrapassasse os muros acadêmicos e pudessem efetivamente ser colocado em prática no dia a dia das idosas. Quando elas foram questionadas a respeito de terem utilizado algum conhecimento adquirido no curso no seu cotidiano, 60% delas disseram que sim e citaram os seguintes exemplos:

Em hospital credenciado por planos de saúde e com imenso descaso com idoso com mais de 90 anos. (65 anos, feminino).

Eu já consegui passar algumas informações para algumas amigas acamadas de algumas coisas que podem ajudá-las a uma vida melhor. (72 anos, feminino).

Exigi a entrada no ônibus pela frente sem ter que pagar a passagem e a prioridade nas filas dos bancos. (73 anos, feminino).

A partir destes pequenos relatos dos idosos foi possível verificar que o curso tem proporcionado um conhecimento maior e mais adequado dos idosos em relação aos seus direitos. Mais do que isso, foi interessante notar, através de alguns relatos, que os idosos frequentadores do curso têm sido agentes multiplicadores de informações, ou seja, além de utilizarem para as suas próprias vidas os conhecimentos adquiridos, auxiliam os amigos ou outras pessoas para que estas também tenham estes conhecimentos e que o apliquem no seu dia a dia. Este aspecto é bastante motivador para os organizadores do curso, uma vez que estão percebendo a grande abrangência direta e indireta

que este projeto está proporcionando. Além disso, nos alerta para o fato que uma informação, ainda que aparentemente simples, pode melhorar a qualidade de vida dos idosos, nas suas inúmeras atividades no dia a dia. Mendes et al. (2005) chamam atenção para o fato da mudança no perfil demográfico da nossa população, lembrando que esta deve vir acompanhada por cuidados específicos e caracterizada por peculiaridades diversas, incluindo a busca para que seus direitos sejam efetivamente atendidos.

3.2 Benefícios do curso

Durante a organização do curso estabelecemos como uma das nossas metas que os idosos não somente adquiressem conhecimento em relação aos seus direitos, mas que efetivamente pudessem reivindicá-los, obviamente não em uma atitude de protesto, mas tão somente que pudessem garantir que aquilo que está exposto na lei pudesse efetivamente ser colocado em prática. Foi curioso notar em algumas falas das idosas que ao reinvidicarem pelos seus direitos, nem mesmo os outros cidadãos que estavam lidando sabiam o que realmente constava como direito dos idosos, chamando a atenção para a falta de conhecimento geral da população de garantir a cidadania das pessoas da terceira idade. Em relação à possível mudança na maneira de reivindicar os direitos de cidadão idoso, 90% afirmaram terem ocorrido mudanças:

Aprendi a reivindicar com base, com conhecimento. (72 anos, feminino).

Apesar de conhecer o Estatuto não me sentia a vontade para brigar pelos meus direitos. Hoje tenho outra forma de agir. (65 anos, feminino).

Agora eu possuo mais informações e posso reivindicar melhor. (68, feminino).

Com certeza. Terei mais base para reivindicar os nossos direitos, assim como para procurar fazer mudar a maneira de como somos vistos por outras pessoas, pela sociedade em geral. (73, feminino).

Com base nesses depoimentos registrados nos questionários, assim como nos depoimentos espontâneos concedidos ao longo do curso, pôde-se avaliar que o curso tem contribuído para que os idosos adquiram maior conhecimento a respeito dos seus direitos, assim como para que eles assumam uma nova forma de reivindicar seus direitos de cidadãos idosos. É interessante também notar, nos relatos que os idosos referem, que eles agora reivindicam seus direitos pautados nas leis, ou seja, garantem que agora têm um maior poder de argumentação, um conhecimento mais adequado o que, por sua vez, propicia uma maior chance de ter seus direitos devidamente respeitados. Gomes et al. (2008)

destacam que os idosos, apesar de uma vida inteira de aprendizados e vivências, ainda têm os direitos muito pouco atendidos e que além disso não são mais ouvidos pela sociedade como se suas reivindicações não fossem legítimas e não devessem ser consideradas.

Além de ouvir os idosos por meio do preenchimento dos questionários, outra preocupação que os organizadores do curso tiveram foi saber o impacto que estes encontros tiveram para os alunos de graduação que puderam ao longo das seis semanas de curso, interagir com os idosos, participar das discussões dos temas e até mesmo socializar no terceiro momento do curso. Apesar da avaliação deste aspecto concentrar-se em somente duas perguntas, pudemos ter a ideia, através daquilo que foi preenchido, de que realmente os estudantes puderam adquirir conhecimentos com esta interação. Deste modo, verificamos que todos os questionários centraram-se em uma única categoria temática denominada Aprendizado.

3.3 Aprendizado

Todavia, ainda persiste nos discursos sobre a velhice um conjunto de preconceitos e estereótipos, que de acordo com Neri (2011, p. 37), “[...] resultam de falsas crenças a respeito da competência e da produtividade dos idosos”. A autora ainda destaca que esses preconceitos podem estar baseados tanto em estereótipos negativos – que concebem os idosos como improdutivos, incapazes e desatualizados – quanto naqueles compassivos, que superprotegem os idosos mesmo quando eles não apresentam nenhum tipo de incapacidade, impedindo que os idosos realizem atividades que teriam plena capacidade de executar. No entanto, independente das bases nas quais estão solidificados esses preconceitos, o resultado é a retirada do idoso do meio social, o que diminui suas interações sociais e suas possibilidades de aprendizagem e de convivência intergeracional. Logo, depreende-se daí que é imprescindível a criação de espaços no âmbito universitário que possibilitem novas formas de interação e de convivência intergeracional. E é por meio do processo educativo com os idosos que as universidades podem ampliar sua função social “[...] buscando integrar aqueles que se encontram a margem do processo de desenvolvimento” (OLIVEIRA, 2008).

No caso do projeto de extensão supramencionado, pode-se afirmar que a convivência intergeracional entre jovens e idosos tem permitido que os primeiros modifiquem sua maneira de olhar o cidadão idoso. Além disto, grande parte destes jovens, pela primeira vez, começou a ter um contato mais

próximo com as pessoas idosas e puderam desta maneira, refletir melhor sobre o processo de envelhecimento e sobre o processo de exclusão vivenciado por grande parte dos idosos. Destacamos os seguintes depoimentos:

Acredito que é muito bom estar participando de um curso junto com um grupo de idosos, pois é uma verdadeira troca de experiências com pessoas que já passaram por muitas situações na vida. Aprendemos com eles, assim como eles também aprendem conosco. (Feminino, 18 anos)

É muito importante ter esse contato com pessoas mais experientes. (Feminino, 19 anos)

Eu estou aprendendo como lidar com os idosos e a garantir seus direitos. (Feminino, 20 anos)

O contato com idosos era distante para mim. Ver as situações expostas pelos idosos me fez refletir bastante. Fico muito feliz em ver como elas se sentem bem na oficina. (Feminino, 18 anos).

Diante dos relatos também é possível observar que o maior contato com os idosos têm proporcionado não somente um novo olhar do jovem em relação a esta faixa etária, mas também outra forma de agir com estas pessoas, uma vez que, quando uma realidade nos parece muito distante é mais difícil refletir sobre ela. Contudo, a partir do momento que estes jovens começaram a pensar que no futuro poderão vivenciar situações semelhantes, puderam reformular seus pensamentos e suas ações.

Verificamos que uma das possíveis limitações deste estudo foi à realização de um questionário com os estagiários e voluntários muito reduzido, o que restringiu a nossa capacidade de análise, assim como, a divisão em outras categorias temáticas. De qualquer maneira, acreditamos que foi possível suscitar algumas questões relevantes e pertinentes para o tema do envelhecimento e do contato de gerações diferentes em um curso, o que, a nosso ver, é bastante rico.

4 Conclusão

Através do projeto de extensão “Direitos Sociais, Protagonismo e Exercício da Cidadania na Terceira Idade”, os conhecimentos adquiridos em sala de aula têm ultrapassado estes limites, atingindo o dia a dia dos idosos na busca dos seus direitos já estabelecidos pelo Estatuto do Idoso. Além disso, os alunos idosos têm demonstrado importante papel enquanto cidadãos ao agirem como agentes multiplicadores de conhecimento, ao transmitirem os saberes adquiridos no curso para as outras pessoas da terceira idade. Por outro lado, o curso

também tem proporcionado aos jovens alunos que repensem seus conceitos e atitudes em relação aos idosos. Identifica-se que esta possibilidade de contato intergeracional é uma via de mão dupla, na qual idosos e jovens ensinam e aprendem mutuamente na construção de cidadãos mais conscientes de seus direitos e mais capazes de lutar por eles.

SOCIAL AGENCY AND THE EXERCISE OF CITIZENSHIP IN THE THIRD W

abstract

The extension project "Social Rights Agency and Citizenship Practice in the Third Age" is developed under the University Program for Senior Citizens (UNITI) at Universidade Federal Fluminense – Polo Campos dos Goytacazes (UFF/PUCG). Objectives: Conduct a review of the project social, leadership and citizenship, highlighting their limitations as well as its potential as a forum for discussion and pursuit of autonomy of the elderly. Method: For the realization of this project are held weekly meetings in which the elderly are given lectures on the themes and dynamics of social rights of the elderly. Questionnaires were conducted with the elderly participants and volunteers with the project. Results and Discussion: We found that, in an initial moment there was much lack of knowledge regarding their rights, after the course they not only learned how to apply the teachings in their daily lives and serve as multipliers of what they learn, transforming also the reality of elderly people around you. In addition, young students report having rethought the concept and its actions in relation to the elderly. The intergenerational contact constituted a two-way street, where young and old taught and learned each other.

key words

Aged. Social. Leadership. Citizenship.

referências

BEAUVOIR, Simone. *A velhice – a realidade incômoda*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BOAS, Marcos Antônio Vilas. *Estatuto do Idoso comentado*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRITO, Fausto. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5-26, jan./jun. 2008.

CAMARANO Ana Amélia. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. In: FREITAS, Elizabeth Viana de et al. (Orgs.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 58-71.

CARVALHO José Alberto Magno de, RODRIGUEZ-WONG, Laura L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 597-605, mar. 2008.

DEBERT, Gita Grin. *A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

GOMES, Adriana; SAITO, Gerusa Sayuri Bessa; SIMÕES, Rebecca Botelho Dalla B. Direito é direito, em qualquer idade: considerações acerca das percepções de idosos a respeito dos seus direitos. *Depoimentos*, Vitória, s./v., n. 13, p. 135-152, jan./jun. 2008.

MENDES, Márcia R. S. S. B.; GUSMÃO, Josiane Lima de. FARO; Ana Cristina Mancussi e; LEITE, Rita de Cássia B. O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 422-426, out./dez. 2005.

NERI, Anita Liberalesso. *Qualidade de vida na velhice: enfoque multidisciplinar*. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2011.

_____. (Org.). *Idosos no Brasil – vivências, desafios e expectativas*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.

NUNES, Alzira Tereza Garcia Lobato. Serviço Social e universidade de terceira idade: uma proposta de participação social e cidadania para os idosos. *Textos sobre Envelhecimento UNATI/UERJ*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, p. 1-97, 1º sem. 2000.

OLIVEIRA, Rita de Cássia; OLIVEIRA, Flávia da Silva. Políticas públicas, educação e o protagonismo dos idosos na universidade, 2008. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8., 2008, Curitiba. *Anais...* Paraná: PUCPR, 2008. p. 10300 - 10312. Disponível em: www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/786_362.pdf. Acesso em: 24 fev. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*/ World health Organization. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

QUEIROZ, Zally Pinto Vasconcellos de. Participação Popular na velhice: possibilidade real ou mera utopia? *Revista O mundo da Saúde*, v. 23, n. 4, p. 204-213, jul./ago.1999.

SIMÕES, Júlio Assis. A previdência social no Brasil: um histórico. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. (Orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papyrus Editora, 1999. p. 87-112.

VERAS, Renato. *Pais jovens com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UERJ, 1994.